

“Templo grandioso do nosso ressurgimento moral”: a Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso no contexto da instrução pública (1912-1950)

“GRANDIOSE TEMPLE OF OUR MORAL RESURGENCE”: THE PUBLIC LIBRARY OF MATO GROSSO STATE IN THE CONTEXT OF PUBLIC INSTRUCTION (1912-1950)

Sheila Cristina Ferreira Gabriel
UFMT | *sheilagabr@gmail.com*

Cancionila Janzkovski Cardoso
UFMT | *kjc@terra.com.br*

RESUMO

Este texto discute a constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso - BPEMT (1912-1950) - e sua atuação no contexto da instrução pública. A investigação insere-se na metodologia da pesquisa histórica, na perspectiva da história cultural, utilizando como instrumento para coleta de dado o registro digital (fotos) das fontes selecionadas. Os resultados das análises indicaram que a BPEMT emergiu como consequência da ideologia de um processo civilizador instaurado no Brasil no século XIX e que sua criação visava atender à classe estudantil. Esta pesquisa contribui com a história cultural de Mato Grosso e aponta novas possibilidades de estudos nesta perspectiva.

Palavras-chave: Biblioteca Pública. Instrução Pública. História da leitura.

ABSTRACT

This text discusses the creation of public library of Mato Grosso State - BPEMT (1912-1950) - and its action in the context of public instruction. The investigation inserts itself in historic research methodology, in cultural history perspective using digital register (photos) of selected sources as the instrument of data collection. The analyzes results indicate that the BPEMT emerged as consequence of the ideology of a civilization process established in Brazil at XIX century and that

its creation was intended to support the student class. The research contributed with the cultural history of Mato Grosso State and points out new possibilities of studies in this perspective.

Keywords: Public Library. Public Instruction. Reading History.

Introdução

Cuidemos já de assentar as primeiras pedras do alicerce sobre o qual devemos edificar o templo grandioso do nosso ressurgimento moral, justificando assim, ainda uma vez, o direito de sermos um povo culto. (REVISTA MATTO-GROSSO, 1908, p. 91).

O texto apresenta alguns resultados de uma pesquisa de mestrado em que os objetivos foram investigar como ocorreu a constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso (BPEMT) e identificar aspectos de práticas de leitura em seu interior, no período de 1912 a 1950.

Apresentamos uma narrativa de reconstrução do passado, a partir de fontes localizadas, tendo como foco o contexto histórico em que a BPEMT emergiu, os objetivos de sua criação e quem foram seus leitores potenciais.

A questão de pesquisa surgiu após reflexões realizadas sobre a trajetória de várias bibliotecas no decorrer da história, que foram constituídas com um determinado fim e que sofreram com a falta de investimento na sua manutenção e atualização. Outro fator foi a crença de que estes espaços são potenciais incentivadores de práticas de leitura e que esta prática é essencial para a construção do conhecimento do indivíduo. Com os estudos teóricos, percebemos que havia um discurso da necessidade de criação de bibliotecas como um dos requisitos para ratificar uma sociedade como “civilizada”, porém, na prática, estas instituições não foram valorizadas com políticas públicas que garantissem seu funcionamento eficaz.

Deste modo, sabendo da existência de fontes que abordavam a criação de uma Biblioteca Pública em Mato Grosso no início do século XX, percebemos a oportunidade de investigar como esta instituição foi constituída e quem foram os possíveis leitores que frequentaram seu espaço.

Para a realização desta pesquisa, utilizamos como base para a construção do arcabouço teórico as contribuições de Chartier (1990; 1998;

1999a; 1999b), Darnton (2010), Burke (1997; 2008), Abreu (1999), Silva (1999), Deaecto (2010), Siqueira (1999), Peres (2002) e Elias (2006, 2011), e, para o direcionamento do processo de pesquisa, utilizamos os princípios da metodologia da pesquisa histórica na perspectiva da história cultural.

A base empírica para coleta de dados foi o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) onde as fontes foram localizadas, selecionadas e registradas digitalmente.

As análises de tais fontes resultaram em reflexões que envolvem conceitos como processo civilizatório, modernidade, instrução pública e práticas de leitura, que serão abordados no decorrer do texto.

A inspiração do título vem das próprias fontes, cujos discursos depositavam na biblioteca, entendida como “templo grandioso do nosso ressurgimento moral”, a esperança de separar “o mundo dos profanos e ignorantes daquele dos eleitos do saber” (CHARTIER, 1999b, p. 68), construindo, pela via da instrução, o desenvolvimento da cidade e do estado.

Caminho teórico-metodológico

A história da BPEMT não está dissociada da história de tantas outras bibliotecas que, desde tempos remotos, objetivaram preservar o patrimônio escrito elaborado e registrado pelos sujeitos no decorrer dos tempos. Posteriormente, com a modernidade, suas preocupações e ações foram ampliadas para atender à demanda de leitura de uma determinada comunidade de leitores.

A construção desta “história das bibliotecas” foi possível devido às concepções defendidas pela História Cultural, que propicia a investigação de Instituições que antes só seriam consideradas, de forma marginal, se estivessem relacionadas a um monarca ou nobre. As bibliotecas, antes da década de 50 do século XX, por exemplo, dificilmente seriam consideradas em um projeto investigativo.

Deste modo, amparadas pela metodologia da pesquisa histórica na perspectiva da história cultural, mergulhamos na tarefa de investigar como ocorreu a constituição da BPEMT no período de 1912, data de sua fundação, até 1950, período em que a mesma esteve, praticamente, desativada.

Para a concretização da pesquisa foi necessário estabelecer um diálogo com as fontes que poderiam fornecer dados para contextualização e reflexão, sendo que a base empírica para a pesquisa foi o Arquivo Público

do Estado de Mato Grosso (APMT), no qual as fontes foram localizadas e selecionadas. Estas nos apontavam indícios (GINZBURG, 2006) e possibilidades de aprofundamento de análises e reflexões. E, para localizá-las, percorremos um trajeto iniciado em 2011 e finalizado em 2012, totalizando, aproximadamente, quatro meses. Esse percurso incluiu visitas a diversas instituições em Cuiabá, capital de Mato Grosso, como: Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça, Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT), Arquivo da Casa Barão de Melgaço, Secretaria Estadual de Cultura, entre outros.

Os dados contidos nas fontes precisaram ser organizados e contextualizados de forma a tornarem-se coesos. Esse processo de “caça”, citando Certeau (2002), e de busca de indícios, mesmo que nas entrelinhas, conforme Ginzburg (2006), permitiu que dados, que poderiam passar despercebidos aos olhos de outrem, compusessem o corpo textual que resultou neste texto.

Instruir para civilizar: o contexto histórico da constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso

[...] se o Brasil banir a escravidão; se reconhecer que um homem não deve ser escravo de outro [...] perece de fome a província de Mato Grosso? Há de perecer... Seu principal defeito é a preguiça, é a indolência... A fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância [...]. Lance o governo um olhar de compaixão para aquele povo, e procure lhe dar um remédio eficaz à preguiça, ao contrário terá de vê-lo sempre miserável. É-lhe necessário um reativo violento. (MOUTINHO, 1869, p. 32-33 apud SIQUEIRA, 2000, p. 72).

Apesar de todo movimento nacional para o desenvolvimento de um Brasil moderno, Cuiabá, pela sua posição geográfica e clima, que para muitos poderia ser insalubre, era considerada como “confins de mundo”, em que só havia indivíduos que eram avessos ao trabalho e que não possuíam ambição e, portanto, não tinham condições de tornar esta cidade desenvolvida.

Assim, civilização, modernidade e progresso foram palavras de ordem para os cuiabanos a partir da segunda metade do século XIX, a fim de superar

representações sociais, materializadas em relatos de estrangeiros e na opinião de muitos da elite cuiabana, a respeito do povo da província de Mato Grosso, conforme exemplo da epígrafe acima. Para alcançar o propósito de se tornar uma cidade civilizada, moderna e que acompanhasse o progresso nacional, a capital de Mato Grosso deveria providenciar alterações na sua infraestrutura e na formação intelectual de sua população. E para alcançar tal objetivo seria imprescindível, como aponta Siqueira (1999), a instrução e a formação de novos hábitos e costumes.

Tais premissas estão atreladas a um “processo civilizatório” perseguido por diversos países ocidentais, inclusive o Brasil. Segundo Leão (2007), este processo civilizatório iniciou-se com a modernidade, ocasião em que se percebeu a necessidade de se instituírem alguns padrões de comportamento que iriam refletir na influência de uma classe social sobre outra e determinar quem seriam os responsáveis pelas tomadas de decisão que definiriam os percursos de uma determinada sociedade.

O processo civilizatório incluía, entre outros aspectos, a apropriação de conhecimentos que propiciassem aos indivíduos interferir na dinâmica da sociedade, inclusive, modificando-a. Estes conhecimentos deveriam ser adquiridos por meio da educação e instrução (LEÃO, 2007).

No Brasil, a preocupação com o processo civilizatório que envolvia a constituição de uma “unidade nacional” por meio de um “projeto nacional”, segundo Siqueira, intensificou-se no século XIX, após sua Independência. O modelo no qual o Brasil precisava espelhar-se deveria ser importado da Europa, especialmente da França. Nesse sentido, as bases para a realização de tal projeto viriam das experiências e indicações das elites¹ que, segundo Siqueira (1999, p. 45) possuíam uma “formação cultural europeia e detentora de um saber específico, cujos valores norteariam a elaboração do projeto para o Brasil moderno”.

No contexto brasileiro, políticos membros da elite elaboraram, em 1870, um Projeto para o Brasil Imperial baseado nas experiências francesas, que tinham como base a imposição de normas e regras que condicionassem os comportamentos dos indivíduos, domesticando-os para que o país saísse da barbárie e se tornasse efetivamente civilizado. Assim, teoricamente,

¹ O conceito de elite adotado neste trabalho converge com a concepção adotada por Peres (2002, p. 14), que a considera como um grupo social que detinha “[...] prestígio e influência econômica, política ou intelectual ou [...] ostentava um somatório destes ‘poderes’”.

a instrução deveria ser ofertada a todos, principalmente à classe popular, para que estes fossem passíveis de serem controlados (SIQUEIRA, 1999).

No entanto, esta aparente igualdade deveria ser administrada com cuidado para que o “segmento cidadão” da sociedade entendesse, conforme Siqueira (1999, p. 47) qual é “[...] o seu lugar na sociedade”. Ou seja, garantir que os princípios, valores e ações da elite e dos emergentes fossem “conhecidos e respeitados por todos”.

Nesse sentido, da apropriação dos valores da elite pelas classes populares², seria necessário garantir que os indivíduos conhecessem as intenções implícitas no projeto. Portanto, fazia-se urgente a disponibilização de instituições que garantissem a formação destas pessoas. Tais instituições, de acordo com Siqueira (1999), seriam as Escolas e sua criação e manutenção foi uma preocupação do Estado Imperial, que absorveu a responsabilidade de educar e instruir a população. Assim nascia, na segunda metade do século XIX, a “escola pública brasileira” (SIQUEIRA, 1999, p. 51).

As instituições de ensino deveriam cumprir a função de instruir os indivíduos dando-lhes a conhecer as normas que ordenariam suas ações; e oferecer os saberes necessários a cada camada da sociedade de acordo com o papel que ela deveria desempenhar na sociedade (SIQUEIRA, 1999). Dessa forma, cada classe social receberia os conhecimentos relativos à sua futura atuação. Assim, o ensino completo, do elementar ao superior, seria oferecido aos membros da elite, sendo que a educação básica aos segmentos sociais, que não fossem escravos (PERES, 2002).

As escolas deveriam disponibilizar os saberes essenciais a todos os indivíduos, ou seja, ensinar a ler, escrever e contar. A aquisição desses saberes possibilitaria o entendimento dos “princípios morais e cívicos capazes de evitar rebeldias e desordens, e suficientes para operar modificações em seu comportamento, tido como ‘primitivo e ‘bárbaro’” (SIQUEIRA, 1999, p. 49).

As pessoas que possuíssem a competência da leitura poderiam ler “bons livros”, como a Bíblia, compêndios literários e os manuais de boas maneiras e/ou civilidade, amplamente divulgados no Brasil na segunda metade do século XIX, conforme ressalta Leão (2007, p. 65): “No Brasil, os manuais de civilidade foram amplamente difundidos no momento em que a livreria

² Adotamos, neste estudo, o conceito de classes populares, conforme Peres (2002, p. 14), considerando-a como “[...] o conjunto dos indivíduos marginalizados social, econômica e culturalmente”.

francesa cruzou os mares e se instalou, em meados do século XIX, na corte do Rio de Janeiro”. Em relação aos livros literários, a autora afirma que estes, “[...] num determinado momento de sua história, assumem a função de suporte da civilidade, confundindo-se com os manuais de etiqueta e até com alguns modelos de compêndios escolares”. Assim, ainda, de acordo com Leão (2007), “o ato de ler é um exercício permanente de autocontrole, assim como um modo de inscrição e aprendizado social [...]” (LEÃO, 2007, p. 64).

A leitura possibilitaria ao indivíduo tecer relações com outras realidades e culturas e propiciaria o seu desenvolvimento crítico e criativo - uma vez que a leitura é ao mesmo tempo consumo e produção, recepção e criação (CERTEAU, 1998; CHARTIER, 1998). Nesse sentido, a leitura contribuiria para que o indivíduo leitor transitasse de forma mais fluida no contexto social.

A partir dessa crença, acreditava-se que o grau de desenvolvimento de uma sociedade seria medido a partir do número de indivíduos que soubessem ler e escrever. Nesse aspecto, Peres (2002, p. 143) ressalta que “Homens alfabetizados era uma condição primordial para uma sociedade que se queria adiantada, moderna e próspera”. Portanto, havia uma preocupação em manifestar, de forma explícita ou implícita, nos discursos oficiais e não oficiais, a competência que sua população possuía para a prática de leitura, declarando-os sujeitos cultos. Os meios eram tanto os documentos oficiais, divulgando índices de alfabetização publicados pelos órgãos educacionais, quanto os jornais, que divulgavam número de consultas nas bibliotecas, publicavam grande número de textos poéticos, realizavam indicações de leituras, críticas literárias, e, por fim, as iniciativas para a criação de gabinetes de leitura, associações literárias e bibliotecas.

Neste sentido, não só o número de escolas indicaria o grau de civilidade de uma sociedade, mas, também, outras instituições culturais e sociais dariam à sociedade o status de desenvolvida; como exemplo, as bibliotecas. Estas tinham como função ser complemento e apoio à instrução e se proliferaram com maior intensidade na segunda metade do século XIX (DEAECTO, 2011).

Nesse processo de constituição da “consciência nacional”, como define Elias (2011), que visava instaurar a “ordem” e promover o desenvolvimento social, político e econômico, insere-se Mato Grosso, que pretendia concretizar tais etapas por meio de um projeto modernizador instaurado a partir de 1870 pelos intelectuais-cientistas. As modificações seriam aplicadas em vários setores, como: paisagem urbana; abastecimento de água, luz

e comunicação; controle de epidemias e instrução. No caso desta última, instituíram-se alterações no tempo escolar, no sistema de punição, no conteúdo, método, material didático e até mesmo nos edifícios escolares (SIQUEIRA, 1999).

Necessário ressaltar que a instrução era vista como uma forma de inserir os indivíduos, inclusive os pobres, no processo civilizador que tinha como modelo, citando Siqueira (1999, p. 88), “o universo cultural das elites”, sendo necessário preparar a camada subalterna para o trabalho e para saber se comportar no novo cenário que se despontava, pois não seria mais admissível a barbárie na sociedade brasileira e inclusive na mato-grossense.

Na perspectiva da instrução e criação de espaços de leitura pelos órgãos oficiais, Deaecto (2011) ressalta que o objetivo do Estado era proporcionar meios para a população se instruir e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, tendo como um dos instrumentos para esse desenvolvimento os livros, que segundo a autora “eram apresentados como componente essencial para o esclarecimento das massas, em nome da civilização e do progresso” (DEAECTO, 2011, p. 230). Desta forma, a posse e o acesso ao livro eram condição imprescindível para o aperfeiçoamento instrucional do indivíduo e consequente desenvolvimento da sociedade em que ele está inserido.

Nesse contexto insere-se a urgência de criação de espaços que propiciem a reunião de livros, nas diversas áreas do conhecimento, com o fim de preservá-los e divulgá-los. Um desses espaços seriam as Bibliotecas, que representariam o desenvolvimento intelectual de uma determinada sociedade. Para uma cidade ser considerada civilizada necessitaria, também, de Bibliotecas Públicas, além da infraestrutura e boas maneiras. Nesse momento tem início, no século XIX, a proliferação de bibliotecas públicas pelo país (DEAECTO, 2011).

O processo civilizador no contexto cuiabano

É impossível reconstruir uma história da cultura escrita sem encarar as modalidades de sua escolarização. (HÉBRARD, 1999, p. 37)

No contexto do processo civilizatório, com o movimento nacional para o desenvolvimento de um Brasil moderno, como dissemos, Cuiabá era considerada como “confins de mundo”, onde só havia indivíduos que eram

avessos ao trabalho e que não possuíam ambição e, portanto, não tinham condições de tornar esta cidade desenvolvida.

Siqueira (1999) apresenta alguns relatos de estrangeiros que deixaram suas impressões sobre Cuiabá, e pensamos ser importante ressaltá-las para que possamos compreender o empenho das vozes oficiais e de opinião pública, no século XX, ao representar Cuiabá como uma cidade promissora cultural e intelectualmente. A seguir, apresentamos um extrato de representações estrangeiras que ilustra como Cuiabá foi retratada e divulgada tanto nacional quanto internacionalmente:

Há uma classe como esta em todos os países, estrato inferior da civilização, mas aparente talvez na América do Sul, porque é fácil viver nestas plagas ubertosas, e porque as raças mestiças, tão comuns aqui, herdaram os hábitos inertes e descuidados de seus antepassados índios e africanos; apenas alguns têm ambição de erguer-se da vida animal. Aumentam as listas da população, mas para o estado são verdadeiros zero, [...] quase nada trazem ao mercado e ainda menos levam para casa; vivem ao Deus dará, satisfeitos porque têm provisões para um dia e palhoça que os abrigue. Hão de desaparecer em grande parte à medida que da terra se forem apossando gentes mais industriosas; hão de submergir-se e morrer diante da onda de imigração europeia. Pois que morram! É o único serviço que podem prestar ao país, e a lei inexorável do progresso determinou sua extinção. (SMITH, 1922, p. 43 apud SIQUEIRA, 1999, p. 72).

Após a leitura de tal extrato, podemos perceber a ideia de “civilização” e progresso incorporados ao discurso do viajante Smith, resultado das concepções construídas desde o século XVIII, pelos europeus (LEÃO, 2007).

E, ainda, imaginar como era para a população cuiabana se ver retratada como bárbara e inculta, que nada poderia contribuir para o desenvolvimento da nação. No entanto, essa representação não era apenas construída por estrangeiros, pois olhos e vozes locais também identificavam a sociedade cuiabana como ignorante e inerte, conforme retrata um artigo do jornal *O Matto Grosso* (1893, p. 1): “O nosso maior inimigo é sem duvida alguma o estado de ignorancia e de abatimento intellectual em que jaz a população. É d’ ella que procedi a inercia e o desanimo”.

No entanto, apesar de todas as críticas proferidas, de sua população ser reduzida e da situação geográfica muito afastada dos grandes centros, são desenvolvidas, em Cuiabá, várias iniciativas no sentido da criação de associações culturais que, segundo Póvoas (1994, p. 39), “exerceram um papel importantíssimo no desenvolvimento da cultura mato-grossense”.

Tais associações, aqui denominadas como Clubes Literários, Gabinetes de Leitura e Associações Literárias, se desenvolveram de forma intensiva na década de 60 e 70 do século XIX, como resultado, citando Deaecto (2011, p. 32), de uma “supervalorização dos elementos culturais que conformam a vida urbana”. Este fenômeno pode ser percebido não somente em Cuiabá, mas em várias partes do país (DEAECTO, 2011; MELLO, 2011).

Cuiabá foi uma cidade marcada por momentos de tensão e calma e que, apesar de sua localização distanciada dos centros com maior efervescência cultural, abrigava uma elite letrada que mantinha-se empenhada no ideal de firmar a cidade como uma capital civilizada e composta por intelectuais que seriam capazes de contribuir para o crescimento do país.

Após a Guerra do Paraguai (1865-1870), teve início uma intensificação no processo de modernização, incluindo a criação de instituições culturais e a proliferação da circulação de periódicos, o que convergia com o desenvolvimento operado em todo o país, tendo como principal influência, segundo Deaecto (2011, p. 230), “[...] a emergência de relações de trabalho mais complexas características do meio urbano industrializado [...]”, sendo que, para Siqueira (1999, p. 12), Cuiabá inseria-se no cenário nacional com o objetivo de participar do projeto maior “de modernização da sociedade brasileira”.

Movidos pela intenção de acompanhar o progresso, desmitificando a ideia de que Mato Grosso era uma terra de “bárbaros” e ignorantes, é que membros, governamentais e não governamentais, da sociedade cuiabana empreenderam esforços para a instrução da população e criação de espaços que propiciassem o acesso ao saber, por meio da arte e da leitura.

Hébrard pondera que a instrução sempre foi uma ação intencional, da igreja, do Estado ou das classes dominantes, que foi conduzida no decorrer da história por diferentes pretensões, seja com fim doutrinador, civilizador ou disciplinador, possuindo diferentes objetivos, dependendo do momento histórico vivido. Por exemplo, no século XIV, a alfabetização universal dos cristãos foi instituída para divulgar “[...] a ciência da salvação” (HÉBRARD, 1999, p. 37).

No século XIX, a instrução foi, conforme o mesmo autor, colocada “a serviço da civilização, da cultura e do espírito” (HÉBRARD, 1999, p. 48) com o fim de controlar as agitações populares. O autor enfatiza que os governantes consideravam que “as classes perigosas o seriam menos, desde que alfabetizadas. Pela promoção de bons livros, edificantes e instrutivos [...]” (HÉBRARD, 1999, p. 49).

No Brasil acontece movimento idêntico de alfabetização das massas, o qual tinha o objetivo de conduzir os indivíduos ao processo civilizador do país, preparando-os para o trabalho e para receber os princípios que os conduziram ao progresso e à modernidade (DEAECTO, 2011; SIQUEIRA, 2000).

Portanto, seguindo as reflexões de Hébrard (1999, p. 37), não há como “reconstruir uma história da cultura escrita” sem perpassar pela instrução e escolarização. Desta forma, veremos que a criação de espaços potenciais à realização de práticas de leitura esteve de alguma forma relacionada ao objetivo de instrução e educação de uma sociedade.

Assim, entende-se que o acesso à leitura e escrita perpassa pelo processo sistematizado da instrução e que a circulação de livros, o acesso aos instrumentos e às práticas de leitura estiveram sempre interligados com as concepções de instrução e educação, presentes nos discursos político, social e cultural da sociedade cuiabana.

Dessa forma, percebe-se que as relações culturais são práticas coletivas permeadas por outras relações, como as sociais, econômicas e políticas. Neste aspecto nos apropriamos das reflexões de Deaecto (2011, p. 35) para afirmar que “[...] o acesso à cultura letrada consiste, muitas vezes, em práticas coletivas nas quais os meios de sociabilidade são determinantes para sua difusão”.

É nessa perspectiva, das relações de sociabilidade, que percebemos os empreendimentos em Cuiabá, na criação de espaços de leitura, de arte e de lazer, sejam privados ou públicos. Estudos indicam a existência dessas instituições desde o século XVIII, sendo que até o século XIX foram criadas, aproximadamente, 25 instituições com fins culturais, especificamente, de incentivo a práticas de leitura.

Com a pesquisa, percebe-se - com as iniciativas promovidas pelos cuiabanos, especialmente da elite - a preocupação com as causas relacionadas ao estudo, pesquisa e leitura recreativa. Um fato relevante de se destacar é que, em grande parte desses espaços culturais e de lazer, estiveram presentes membros envolvidos com a instrução pública, o que indica que a

intenção de instruir, ilustrar os membros da comunidade, mobilizou várias iniciativas para a criação de sociedades, associações etc. (SIQUEIRA, 2012).

A mobilização para a criação desses espaços mostra, também, a capacidade de organização da comunidade letrada, que se uniu para divulgar os conhecimentos produzidos pelos pares e se manter atuante no cenário cultural mato-grossense.

A constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso

Venham os livros, venham as bibliotecas, que só assim teremos o povo (A OPINIÃO, 1878 apud RODRIGUES, 2008, p. 59).

A Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso insere-se neste cenário de desenvolvimento cultural, como um espaço para o acesso ao conhecimento, que possibilitaria o desenvolvimento espiritual dos indivíduos com o fim de desmistificar a visão que se tinha de uma Cuiabá incivilizada e que não acompanhava as iniciativas de outros estados brasileiros.

A necessidade da instalação de uma biblioteca que atendesse à população, e que atuasse como um complemento no processo de instrução desta camada da sociedade, era premente e acompanhava uma tendência nacional. Essa percepção foi divulgada nos principais meios de comunicação da época, as revistas e os jornais.

Esta visão da Biblioteca Pública como elemento essencial ao processo de instrução da sociedade era acompanhada de uma concepção que se tinha da biblioteca como “templo” do saber, que colaboraria para o crescimento intelectual da população, conseqüentemente, elevando-a à condição de sociedade culta e civilizada.

Tal fato é destacado na fala do redator da *Revista Matto-Grosso*, quando aponta a necessidade de criação de uma biblioteca pública: “cuidemos já de assentar as primeiras pedras do alicerce sobre o qual devemos edificar o *templo grandioso do nosso ressurgimento moral*, justificando, assim, ainda uma vez, o direito de sermos um povo culto” (REVISTA MATTO-GROSSO, 1908, p. 91, grifo nosso).

Assim, a concepção que os cuiabanos possuíam em relação à biblioteca não destoava da concepção universalmente propagada. Neste sentido,

Chartier (1999b, p. 68) ressalta que desde há muito tempo prevalecia a visão de que a biblioteca separaria “[...] o mundo dos profanos e ignorantes daquele dos eleitos do saber [...]” e, ainda, de que não haveria “nenhum meio mais honesto e seguro para adquirir um grande renome entre os povos do que construir belas e magníficas bibliotecas” (NAUDÉ, 1990, p. 12 apud CHARTIER, 1999b, p. 69).

A Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso foi constituída neste cenário de empenho do estado em desenvolver a instrução pública, acreditando que a mesma era uma força prodigiosa que levaria, pelo menos parte de sua população, a galgar as mais elevadas posições sociais e, conseqüentemente, colaborar para o desenvolvimento da cidade e do estado.

Portanto, foi com este mesmo discurso que o Presidente do Estado de Mato Grosso, Joaquim Augusto da Costa Marques, criou, por meio do Decreto n. 307 de 26 de março de 1912, a Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso, com o fim de “facilitar a instrução de todas as classes”, atuando como “[...] um complemento indispensável e um auxiliar ao ensino popular, levando ao alcance de todos os elementos imprescindíveis à elucidação do espírito” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p. 2).

A fundação da BPEMT, efetivada em maio de 1912, objetivava propiciar o acesso da população mato-grossense à cultura escrita, auxiliando o ensino e a instrução da população, portanto, exercendo também a função de biblioteca escolar. Visava, ainda, resguardar e divulgar as tradições históricas e criações intelectuais “nos diversos ramos da actividade humana”, tendo como princípio o livre acesso e atendimento de toda a população (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p. 2).

Dos consulentes aos possíveis leitores

[...] o acesso à cultura letrada consiste, muitas vezes, em práticas coletivas nas quais os meios de sociabilidade são determinantes para sua difusão. (DEAECTO, 2011, p. 35)

Sabemos que o número de consulentes não representa, conforme a concepção de Chartier (1999c), o número de leitores reais, pois o acesso ou manuseio de um texto escrito não garante a efetividade de sua leitura. Ou seja, um indivíduo pode possuir uma grande biblioteca particular e não ter lido todos os livros lá contidos, ou pode manusear um livro, revista,

jornal ou outro objeto textual, sem necessariamente se apropriar do seu conteúdo por meio da leitura.

No entanto, pode-se afirmar que os indivíduos que frequentavam a biblioteca eram leitores potenciais. Certamente, muitos deles realizavam a prática de leitura do material que consultavam.

Nesse sentido, podemos partir do perfil dos consulentes para obter um quadro ilustrativo do público leitor que realizava leituras no interior da biblioteca, ou, em casa, por meio de empréstimo domiciliar, caracterizando o que Deaecto denomina práticas coletivas.

Com a investigação, foi possível perceber que a BPEEM possuiu, desde sua fundação, e ainda muito fortemente na década de 1930, um forte caráter de coadjuvante no processo de instrução da população cuiabana, complementando, com seu acervo, a efetivação dos estudos dos alunos das instituições de ensino existentes, sendo que, em seus relatórios, os diretores enfatizavam a função da biblioteca como espaço de práticas de leitura formativa e informativa, o que converge com a concepção de leitura escolarizada que, segundo Chartier (2001, p. 40), “é uma leitura que busca o deciframento, uma leitura da inteligibilidade, da compreensão”.

ABPEMT foi criada com o fim de contribuir com a instrução pública, atuando como complemento da escola e como uma extensão da mesma no processo de construção do conhecimento dos habitantes de Cuiabá. Tal assertiva se confirma no Decreto n. 307, quando aponta a biblioteca como um

[...] instituto [que] consiste um complemento indispensável e um auxiliar do ensino popular, levando ao alcance de todos os elementos imprescindíveis a elucidação do espírito [e servindo] para facilitar a instrução de todas as classes. (BIBLIOTHECA PUBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1912, p. 2).

Sendo assim, o público principal, pelo menos nos seus primeiros vinte anos, de 1912 a 1932, que efetivava suas leituras no espaço da biblioteca, eram os estudantes do ensino secundário, conforme atesta o seu diretor no ano de 1924: “Sendo a classe dos seus consulentes, na maioria, constituída de alunos do Liceu Cuiabano e Escola Normal [...]” (MATO GROSSO. MENSAGEM, 1925, não paginado).

Dessa forma, as principais leituras realizadas no interior da biblioteca, até a década de 30, eram as leituras formativas realizadas por estudantes,

de forma intensiva e compenetrada, buscando o deciframento e a compreensão do que se lia, utilizando-se de livros didáticos de matemática, física, história, geografia, que foram utilizados pelos leitores da biblioteca.

Destacam-se, também, as leituras informativas realizadas de forma mais extensiva nos jornais e revistas, uma vez que houve alto índice de consultas no período coberto pelas fontes, 1912 a 1940³.

Infelizmente não foi possível recuperar os livros de registro de consulta e empréstimo, dificultando, assim, a determinação de quem era, especificamente, o público leitor, restando-nos somente os indícios constantes nos relatórios, mensagens e jornais, que apontaram a categoria de possíveis leitores.

Com a junção da biblioteca ao arquivo público, em 1931 (RANDAZZO, 1982), percebe-se um aumento significativo no número de consultas e maior heterogeneidade entre os consulentes, que agora não só realizavam uma leitura formativa, informativa e de lazer, mas também uma leitura dita profissional. Tal afirmação justifica-se porque, com a união da Biblioteca e Arquivo Público, iniciou-se um maior interesse pela prática de leitura que não aquela relacionada à instrução.

A Mensagem de 1938 ressalta a presença de diversos profissionais no uso da biblioteca:

[...] demonstra um pronunciado e confortador movimento cultural no Estado, manifestado no interesse para com o estudo e a cultura, por parte da população, em todas as suas classes sociais e profissões, qual o indica a classificação das fichas usadas no serviço daquela repartição, e que compreende estudantes, professores, advogados, funcionários públicos, engenheiros civis e militares, médicos, agrônomos, jornalistas, serventurários da Justiça, militares e auxiliares do comércio. (MATO GROSSO. MENSAGEM, 1939, não paginado).

É possível perceber, também, uma mudança no discurso da leitura instrutiva para uma prática de leitura que busca o crescimento cultural,

³ Em 1950 a BPEMT ficou praticamente desativada em função das dificuldades com relação ao espaço físico. Portanto, não há registro de consultas disponíveis neste período.

de Casa Estudos, até a década de 20, para Espaço Cultural a partir desta década (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1920; MATO GROSSO. MENSAGEM, 1920). Desse modo, ampliam-se, provavelmente, as possibilidades de gêneros a serem consultados ou, pelo menos, diminui o preconceito em relação às leituras menos instrutivas e formativas, abrindo-se precedentes para uma maior diversidade de práticas de leitura de lazer.

Acompanhando a trajetória da instituição, percebe-se que os leitores frequentadores da biblioteca foram, em um primeiro momento, estudantes e pessoas letradas da comunidade, conforme ilustra o discurso do diretor da biblioteca em 1925: “Sendo a classe dos seus consulentes, na maioria, constituída de alunos do Liceu Cuiabano e Escola Normal [...]” (MATO GROSSO. MENSAGEM, 1925, não paginado).

Posteriormente, com a junção da Biblioteca ao Arquivo Público, em 1931, intensificaram-se práticas de leitura profissional e posteriormente, na década de 40, provavelmente, o público se diversificou em função da abertura para empréstimo domiciliar, o que permitiu que os leitores, sem tempo de permanecer no interior da biblioteca, pudessem utilizar seu acervo e realizar suas leituras em casa ou em outros espaços.

Com a investigação e por meio das fontes localizadas foi possível identificar que havia, também, um público potencial que estaria excluído das práticas de leitura no interior da biblioteca. Foram as crianças abaixo de 14 anos que, segundo o Regulamento da Biblioteca (1912), não poderiam frequentar o espaço da biblioteca. A preocupação do estado com esta faixa etária só se manifestaria na década de 40, mesmo assim, com a proposta de criação de uma biblioteca específica para atender suas necessidades, e não como uma possibilidade de ampliação do acervo da biblioteca pública para atendê-las.

Um fator que poderia justificar essa determinação imposta pelo Regulamento da BPEMT, impedindo o acesso das crianças abaixo de 14 anos, refere-se ao nível de alfabetização das mesmas. Os alunos do ensino primário e elementar, que incluía esta faixa etária, não estariam preparados para a realização de uma leitura mais fluente, de textos mais densos e complexos. Este nível de ensino, segundo Siqueira (1999), daria aos discentes apenas os rudimentos básicos para a leitura e escrita, não os capacitando para a apropriação de textos diversificados.

Essa impossibilidade de acesso poderia se justificar, também, pela concepção de biblioteca enquanto espaço de silêncio, concentração e também

por não ser seu acervo constituído de obras que atendessem a esse tipo de clientela específica. Porém, a realidade contradiz o discurso do diretor que, em 1914, afirma ser a biblioteca “[...] um complemento das escolas, proporcionando variados conhecimentos as pessoas *de todas as idades* e facilitando às de pouco recurso, a leitura de obras cuja aquisição não lhes seria possível” (BIBLIOTHECA PÚBLICA DO ESTADO DE MATTO GROSSO, 1915, grifo nosso, não paginado).

Dando continuidade às reflexões, não é possível fazer conjecturas a respeito das possíveis práticas de leitura na década de 50, por ter sido este período um momento crítico em que a biblioteca ficou praticamente desativada e sem condições de uso. E, devido às constantes mudanças e falta de espaço apropriado e políticas de conservação, as fontes que possivelmente nos indicariam o caminho para tais reflexões foram extraviadas ou destruídas completamente, conforme já abordado.

Apesar das lacunas, consideramos que foi possível levantar alguns aspectos relevantes para a história da leitura na BPEMT, mesmo que de forma fragmentada, uma vez que a reconstrução da história é um exercício complexo que depende, essencialmente, do conteúdo das fontes mapeadas além da competência do pesquisador para analisá-las.

Esperamos que, com os dados apresentados e as reflexões realizadas seja possível, aos leitores deste estudo, perceber de que forma ocorreu a constituição da Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso, bem como, identificar aspectos de práticas de leitura que puderam ser concretizadas nesse ambiente institucionalizado, como é o caso de uma biblioteca pública.

Considerações finais

Com a investigação, foi possível perceber que Mato Grosso absorveu e inseriu-se no ideário do processo civilizador, que direcionava as ações implementadas no Brasil no século XIX, herdadas das ideias propagadas pela Europa, principalmente a França.

Portanto, nesse cenário de preocupação com a instrução da população - e com todo um discurso importado de outros estados da relevância de se possuir uma Biblioteca Pública, posto que a mesma ratificaria à cidade o status de civilizada e desenvolvida - foi que a Biblioteca Pública do Estado de Mato Grosso foi criada, em 1912.

Essa biblioteca foi um espaço potencial para a realização de práticas de leitura em Cuiabá no início do século XX, criada com o principal objetivo de atender aos estudantes, complementando as atividades de instrução oferecidas nas escolas.

Estes possíveis leitores foram, predominantemente, pelo menos até a década de 30, os estudantes do ensino secundário, acima de 14 anos, e ensino superior da elite letrada de Cuiabá. A partir de 1931, a biblioteca começou a atender de forma mais intensiva, além dos estudantes, a um público profissional, como advogados, professores, engenheiros civis, médicos, agrônomos, jornalistas, funcionários públicos, auxiliares do comércio e militares.

Esperamos que a divulgação deste estudo incentive práticas de leitura em ambientes como as Bibliotecas Públicas, percebendo-as como instituições sociais que, verdadeiramente, auxiliam o processo de construção do conhecimento para além da guarda e preservação dos documentos, mas, sobretudo, como espaço de práticas inovadoras de leitura.

Referências

BIBLIOTHECA PUBLICA DO ESTADO DE MATTO-GROSSO. **Regulamento para a Bibliotheca Publica do Estado de Matto-Grosso**: aprovado pelo Decreto n. 308, de 26 de Março de 1912. Cuyabá: Oficina Pina Filho, 1912.

_____. **Relatorio apresentado ao Exm. Senr. Desembargador Joaquim P. Ferreira Mendes, D. D. Secretario do Interior, Justiça e Fazenda pelo Director da Bibliotheca Publica Leonel Huguene**y: referente ao anno de 1914. Cuyabá, 1915. Não paginado.

_____. **Relatorio apresentado ao Exmº Snr. Doutor Benito Esteves D. D. Secretario do Interior, em 30 de Junho de 1920 e referente ao anno próximo findo por Fernando Leite de Campos Director da Bibliotheca**. Cuyabá, 1920.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve história do livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A Operação historiográfica**. In: _____. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: UNESP, 1999a.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1998.

_____. **A Ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: UNB, 1999b.

_____. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 1999c.

_____. **Cultura escrita, literatura e história**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

DEAECTO, Marisa Midori. **O Império dos livros**. São Paulo: EdUSP, 2011.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios: 1: Estado, processo e opinião pública**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. **O Processo civilizador: vol. 1: uma história dos costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da história cultural. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: FAPESP, 1999.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

MATTO GROSSO. Governo. **Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]**. Cuyaba, 1920.

_____. **Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]**. Cuyaba, 1925. Não paginado.

_____. **Mensagem [apresentada à Assembleia Legislativa de Mato Grosso]**. Cuyaba, 1939. Não Paginado.

MELLO, Franceli Aparecida da Silva. A prática da leitura em Mato Grosso no século XX. **Alerê: Revista do Programa de Pós-graduação em estudos literários, Tangará da Serra**, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em: <http://www.ppgel.com.br/Segundo-Numero/A-PRATICA-DA-LEITURA-EM-MATO-> Acesso em: 03 jan. 2012.

O MATTO GROSSO [jornal], Cuiabá, 1893. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189>> Acesso em: 02 set. 2012.

PERES, Eliane. **“Templo de luz”**: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1915). Pelotas, RS: Seiva, 2002. (Série História da Educação em Pelotas; v. 2).

PÓVOAS, Lenine C. **História da cultura mato-grossense**. 2. ed. Cuiabá: [s.n.], 1994.

REVISTA MATTO GROSSO. Cuiabá, 1908. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=716189>> Acesso em: 02 set. 2012.

RODRIGUES, Eni Neves da Silva. **Impressões em preto e branco: história da leitura em Mato Grosso na segunda metade do século XIX**, 2008, 261 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889)**, 1999, 420 f. Tese (Doutorado em Educação) - PPGE - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 1999.